

## **Postfacio: E agora?**

Maria Emília Brederode Santos

Este Congresso teve certamente resultados muito positivos: questionaram-se lugares comuns, consensos equívocos, ilusões quanto à bondade intrínseca de certo tipo de relações e contextos; clarificaram-se conceitos; deu-se visibilidade "aos sujeitos mais periféricos do exercício de cidadania - crianças, pessoas com deficiências, jovens e mulheres"; aprofundou-se o conhecimento da situação de certos grupos e chamou-se a atenção para um dos grupos actualmente mais discriminados na sociedade portuguesa: os mais velhos, classificando como "idadismo" (ou "etarismo") o preconceito correspondente e os comportamentos segregacionistas e excludores que existem na sociedade portuguesa e têm até por vezes acolhimento legal.

Mas este Congresso defendeu também que, para além dos deficits de cidadania destes grupos vulneráveis (e outros poderão e deverão ser acrescentados em iniciativas futuras como os discriminados pela orientação sexual ou os mais gravemente atingidos nos seus direitos como as crianças e jovens internados), todos sofremos de um deficit de cidadania que consiste designadamente na falta de participação - de poder de opção, decisão, invenção, construção e implementação de políticas e meios - quanto ao que nos diz respeito quer individualmente, quer como membros de grupos vários e da sociedade em geral.

Como agir então? Que fazer?

Recordo-me das recomendações de acção dos movimentos emancipatórios do início do século passado, em particular dos movimentos feministas, que defendiam três áreas de luta: o voto, a independência económica e a educação. Paradoxalmente próximas dos temas de dois dos três ateliers que não tiveram frequentadores ...

O "voto", o direito ao voto que é afinal e ainda hoje uma conquista tão recente das mulheres, continua actual como objectivo para certas categorias da população como por exemplo os imigrantes. A consciencialização da importância do voto continua também actual para outras categorias populacionais como os jovens ou para grupos específicos como a população prisional.

Mas podemos entender o "voto" como um símbolo de intervenção a nível político, através de formas mais alargadas como as dos grupos de pressão, dos

movimentos ou das organizações não governamentais agindo sobre o Estado e/ou com o Estado.

A "independência económica" é hoje um objectivo de luta bem necessário: desde as formas mais extremas de dependência (quase escravatura) a que estão sujeitos, muitas vezes, por exemplo os imigrantes não documentados, às formas que a todos hoje podem atingir de crescente escassez, alienação e precaridade do trabalho.

Finalmente a educação e a cultura cada vez mais necessárias para o desenvolvimento económico, para a construção de uma Sociedade do Conhecimento mas sobretudo para a realização pessoal e a capacidade de intervenção - de participação - consciente, esclarecida e eficaz de cada um de nós.

A educação não se esgota na escola mas o sistema educativo público assente na "escola gratuita, obrigatória e universal" consiste no instrumento mais rápido de que a sociedade actual dispõe para promover a cidadania através do acesso ao património de saberes acumulados pelas gerações anteriores e da promoção de vivências apropriadas ao desenvolvimento de competências de cidadania.

O sistema educativo público cobre praticamente toda a sociedade portuguesa e, contrariamente à televisão, sua única rival como dispositivo de acesso à população, fá-lo através de uma população cativa, obrigada à sua frequência pelo menos até uma certa idade. É a universalidade deste dispositivo - que nesse aspecto é um sucesso - que o torna tão cobiçado ...

O que está em causa é então a intencionalidade educativa emancipadora que deverá nortear a escola e o sistema educativo.

A verdade é que estes, embora historicamente recentes, foram organizados e são repositório de funções, tarefas, constrangimentos que hoje não seriam talvez os mais adequados à promoção de uma cidadania democrática.

Por outro lado, quanto mais educada for uma população mais a importância da escola pode ser limitada. Pelo contrário, quanto menos educada for uma população mais importância adquire a escola e mais se tende a atribuir-lhe funções e tarefas por vezes contraditórias entre si ou que dela não dependem.

O problema poderá não estar tanto na multiplicidade e variedade de exigências colocadas à escola e sim na contradição entre algumas dessas exigências (por exemplo: entre a função de elevar o nível de escolarização da população ou de despertar o gosto e desejo de aprender durante toda a vida e funções de seriação, certificação e selecção) ou na impossibilidade de as satisfazer.

Outra contradição mais grave e complicada, residirá entre os valores necessários à aprendizagem e à escolarização e os valores defendidos na sociedade em geral (já muito foi dito por exemplo sobre o hedonismo, a recompensa imediata ou o excesso de consumismo que se oporiam à aprendizagem da resistência à frustração, da independência de recompensas ou à criatividade ..).

O sistema centralizado de colocação de professores, com todos os seus defeitos (que são muitos), assegura uma distribuição mais ou menos igualitária. Se há escolas de 1ª e de 2ª elas são-no muito mais por reflectirem políticas urbanísticas que tendem a criar bairros socialmente homogéneos do que por quaisquer políticas educativas discriminatórias (que também existem mas não oficialmente nem universalmente).

É, pois, cá fora, nos tempos não escolares que os jovens mais se diferenciam, sendo que as ocupações das classes mais "desfavorecidas" se limitam à televisão e ao centro comercial enquanto as outros se distribuem por aulas de línguas, actividades desportivas e culturais, viagens e conversas menos presas ao contexto. O inquérito realizado por Oliveira Baptista no Vimieiro, 30 anos depois da reforma agrária e das "transformações que houve e não houve ou deixou de haver", vai no mesmo sentido. Tendo perguntado aos trabalhadores do Vimieiro se eles se sentiam "iguais ou diferentes" aos outros grupos, aos outros habitantes, verificou que, em relação à alimentação (tanto à quantidade como à qualidade do que comem), ao modo de vestir, ao casamento dos filhos, ao voto nos partidos, ao conforto da casa, aos electrodomésticos, cuidados de saúde e educação, relacionamento com a igreja, locais que frequentam ... acham que são iguais. "Onde é que eles acham que não são iguais? No lazer, nos fins de semana e nas festas".

Verdadeiramente são os tempos livres - ou melhor, os tempos extra-escolares - que diferenciam crianças e jovens de diferentes classes sociais. A escola - o sistema educativo - é apesar de tudo, muito mais igualitária do que a sociedade "cá fora".

Outras contradições complicadas nos seus efeitos existem entre os objectivos atribuídos à escola e a sua organização ou os recursos de que dispõe e sobretudo entre a obrigatoriedade e desejabilidade da sua frequência e os meios de que a escola dispõe para as efectivar ou entre a existência de uma população cativa e minorizada e as aspirações emancipadoras e de autonomia...

No fundo, contradições e complexidades inevitáveis numa instituição histórica, situada no tempo e no espaço, e que requerem a existência de objectivos norteadores - a promoção da cidadania -, mas também, e esse tem sido um contributo dos últimos anos, a preocupação com a efectivação das aprendizagens, com os resultados, com a eficácia dos meios para atingir aqueles objectivos.

Esta abordagem porém não deverá ser desvirtuada, desviada, num retrocesso para a hipervalorização das aprendizagens mais facilmente avaliáveis ou mais socialmente selectivas.

Uma escola que permite o insucesso de uma parcela significativa dos seus alunos e não consegue atrair para a sua frequência não obrigatória mais de metade dos seus alunos cativos é uma escola que não promove a realização pessoal dos jovens, nem o desenvolvimento social, muito menos a cidadania. Uma sociedade que não proporciona alternativas não escolares de enriquecimento cultural (devemos ser o único país do mundo com uma televisão pública sem serviços educativos, por exemplo) é uma sociedade que não promove nem valoriza a cidadania democrática.

Sem pretender resolver problemas que são profundamente complexos, a adopção de um critério avaliativo (à semelhança do critério do "Superior Interesse da Criança" no mundo jurídico) ajudaria a orientar mudanças educativas, a recentrar a escola nas aprendizagens e a avaliar resultados. Parece-me que deste Congresso é deduzível que esse objectivo norteador poderá ser a "cidadania democrática" e o critério de avaliação a possibilidade e eficácia da participação na construção do futuro individual e colectivo, privado e público.

Quais os saberes e competências fundamentais hoje e no futuro próximo numa sociedade pluralista, complexa e democrática como a portuguesa? Que mudanças introduzir para que os alunos aprendam mais e melhor? Como diferenciar as aprendizagens para atender às diferenças dos alunos? A inovação

a introduzir contribui ou não para melhorar as aprendizagens, para aumentar os saberes e a compreensão da sua construção e dos problemas em aberto e em debate? As aprendizagens a promover contribuem ou não para formar cidadãos conscientes, sensíveis aos outros e criativos? A avaliação de resultados permite fundamentalmente reorientar o ensino e melhorar as aprendizagens ou persegue outros objectivos?

Creio que estas e outras questões poderão ser apreciadas à luz daquele critério que, longe de impor vias uniformes e soluções únicas, permite, pelo contrário, diferentes perspectivas e o ensaio de diferentes caminhos desde que se verifique que contribuem para promover cidadãos mais sabedores, mais conscientes, respeitadores dos direitos de todos, autónomos, criativos e com capacidades de intervenção social e política.